

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos
(Organizador)

Linguística, letras e artes:



**Teorias e práticas interdisciplinares
em espaços educativos**

2

Atena
Editora
Ano 2021

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos
(Organizador)

Linguística, letras e artes:



**Teorias e práticas interdisciplinares
em espaços educativos**

2

Atena
Editora
Ano 2021

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2021 Os autores

Copyright da edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial**Linguística, Letras e Artes**

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins

Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Profª Drª Edna Alencar da Silva Rivera – Instituto Federal de São Paulo

Profª Drª Fernanda Tonelli – Instituto Federal de São Paulo

Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará

Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste

Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Linguística, letras e artes: teorias e práticas interdisciplinares em espaços educativos 2

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Mariane Aparecida Freitas
Indexação: Gabriel Motomu Teshima
Revisão: Os autores
Organizador: Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

L755 Linguística, letras e artes: teorias e práticas interdisciplinares em espaços educativos 2 / Organizador Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-65-5983-490-7
DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.907212009>

1. Linguística. 2. Letras. 3. Artes. I. Vasconcelos, Adaylson Wagner Sousa de (Organizador). II. Título.
CDD 410

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código Penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access, desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

APRESENTAÇÃO

Em **LINGUÍSTICA, LETRAS E ARTES: TEORIAS E PRÁTICAS INTERDISCIPLINARES EM ESPAÇOS EDUCATIVOS 2**, coletânea de vinte capítulos que une pesquisadores de diversas instituições, congregamos discussões e temáticas que circundam a grande área da Linguística, Letras e Artes e dos diálogos possíveis de serem realizados com as demais áreas do saber.

Temos, no presente volume, dois grandes grupos de reflexões que explicitam essas interações. Neles estão debates que circundam estudos linguísticos; e artes e diálogos.

Estudos linguísticos traz análises sobre lexicologia, tradução, antropologia, prática de leitura, ensino de língua, gêneros textuais, coerência textual, argumentação, paráfrase, deslizamento e imposições identitárias.

Em artes e diálogos são verificadas contribuições que versam sobre transdisciplinaridade, literatura, cinema, dança, música, cantoria, versos poéticos, construção de significados e estudos da tradução.

Assim sendo, convidamos todos os leitores para exercitar diálogos com os estudos aqui contemplados.

Tenham proveitosas leituras!

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
CONSIDERAÇÕES SOBRE A LEXICOGRAFIA BILÍNGUE: DIÁLOGOS ENTRE A LEXICOLOGIA, TRADUÇÃO E ANTROPOLOGIA	
Ivan Pereira de Souza	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.9072120091	
CAPÍTULO 2	13
UMA PRÁTICA DE LEITURA ATRAVÉS DA ABORDAGEM GLOBAL: UM ASPECTO CONJUGACIONAL ENTRE INTERTEXTUALIDADE E INTERTEXTUALIZAÇÃO	
Carmen Elena das Chagas	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.9072120092	
CAPÍTULO 3	22
ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA: O DISCURSO NAS POLÍTICAS DE ESTADO	
Edeina Rodrigues	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.9072120093	
CAPÍTULO 4	33
GÊNEROS TEXTUAIS JORNALÍSTICOS NO ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA	
Edite Sampaio Sotero Leal	
Francisca Cardoso da Silva	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.9072120094	
CAPÍTULO 5	45
FAKE NEWS: O (DES)ENCAIXE DO GÊNERO NA SOCIEDADE PÓS-MODERNA	
Vanessa Borges	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.9072120095	
CAPÍTULO 6	57
A COERÊNCIA TEXTUAL E A ARGUMENTAÇÃO: UMA ANÁLISE DOS RECURSOS LINGÜÍSTICOS E TEXTUAIS EM DISSERTAÇÕES DE ALUNOS DO PRIMEIRO ANO DO ENSINO MÉDIO	
Virginia Maria Nuss	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.9072120096	
CAPÍTULO 7	74
DA PARÁFRASE AO DESLIZAMENTO: SENTIDOS EM TORNO DE UMA GREVE MILITARIZADA	
Aretuza Pereira dos Santos	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.9072120097	
CAPÍTULO 8	83
IMPOSIÇÕES IDENTITÁRIAS DE GÊNERO NA INFÂNCIA ATRAVÉS DA LINGUAGEM	
Isabela Velocini	

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9072120098>

CAPÍTULO 9..... 90

TRANSDISCIPLINARIDADE E CRIATIVIDADE PARA PENSAR OS TEMAS TRANSVERSAIS

Joana de São Pedro Inocente

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9072120099>

CAPÍTULO 10..... 96

ANDRÉ LOUCO: DA LITERATURA AO CINEMA

João Vítor de Souza-Ramos

Ewerton de Freitas Ignácio

Maria Eugênia Curado

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.90721200910>

CAPÍTULO 11..... 115

O CINEMA COMO FERRAMENTA PARA O LETRAMENTO AUDIOVISUAL: A RUPTURA DE UM OLHAR TREINADO

Maraisa Daiana da Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.90721200911>

CAPÍTULO 12..... 125

FORMAÇÃO EM DANÇA A PARTIR DE UMA PERSPECTIVA SOMÁTICA

Carla Gontijo Campolim Moraes

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.90721200912>

CAPÍTULO 13..... 138

ASPECTOS INTERCULTURAIS NA MÚSICA FRANCÓFONA

Alyanne de Freitas Chacon

Bárbara Bezerra Pontes

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.90721200913>

CAPÍTULO 14..... 153

REFLEXÃO SOBRE COMPOSIÇÃO DE MÚSICA DE RAP

Ellen de Jesus Correa

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.90721200914>

CAPÍTULO 15..... 169

CANTORIA: A PELEJA DA CULTURA POPULAR E DAS IDENTIDADES

Hadson Bertoldo Sales Lima

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.90721200915>

CAPÍTULO 16..... 180

O [FAZER DO] CURURU SUL-MATO-GROSSENSE: UM RECORTE SOB A PERSPECTIVA

DOS CONCEITOS DE TEMPO E RESISTÊNCIA

José Gilberto Garcia Rozisca

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.90721200916>

CAPÍTULO 17..... 192

VERSOS POÉTICOS: UM SABER SOBRE A LÍNGUA

Thalita Miranda G. Sampaio de Souza

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.90721200917>

CAPÍTULO 18..... 201

FUNCIÓN TEXTUAL Y CONSTRUCCIÓN DE SIGNIFICADOS EN *BROOKLYN* DE COLM TÓIBÍN

Norma Liliana Alfonso

Graciela Obert

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.90721200918>

CAPÍTULO 19..... 213

IDENTIFICAÇÃO DAS PESQUISAS REALIZADAS EM ESTUDOS DA TRADUÇÃO NO BRASIL A PARTIR DO MAPEAMENTO DOS TRABALHOS APRESENTADOS NO XI E XII ENCONTRO NACIONAL DE TRADUTORES, ORGANIZADOS PELA ABRAPT

Ian Dionisio Barboza

Tânia Liparini Campos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.90721200919>

CAPÍTULO 20..... 229

DEVIR-MULHER: A ORIGEM DA CIDADE

Sebastião de Jesus Cardoso

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.90721200920>

SOBRE O ORGANIZADOR..... 234

ÍNDICE REMISSIVO..... 235

ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA: O DISCURSO NAS POLÍTICAS DE ESTADO

Data de aceite: 01/09/2021

Data de submissão: 04/06/2021

Edeina Rodrigues

Mestra em Estudos Linguísticos pela
Universidade Do Estado De Mato Grosso
Professora efetiva de Língua Portuguesa do
estado de Mato Grosso
Cidade – Estado Cuiabá - MT
<http://lattes.cnpq.br/8049166521730408>

RESUMO: Propõe-se, neste artigo, mostrar o deslocamento teórico realizado por Pêcheux, em 1969; da noção de língua, na Linguística, conforme Saussure, para a noção de discurso, pela Análise de Discurso, na França, na década de 1960, e conforme difundida no Brasil, por Orlandi, desde os anos de 1980, bem como possíveis deslocamentos de ponto de vista sobre o ensino de língua portuguesa e o discurso nas políticas de estado. Desde o decreto de Pombal até a primeira iniciativa de parametrização do ensino de língua portuguesa no final do último século, não houve deslocamento no modo de ensinar essa disciplina. É o deslocamento teórico proposto em Pêcheux e Orlandi que norteia a pesquisa em que se ancora este artigo, apontando, nesse modo de ensinar a língua na escola, as ideologias de Estado. Ao propor compreender a língua em relação à história, tem-se o discurso. Pretende-se tomá-lo no que concerne às determinações do Estado, que impõe suas políticas de ensino de língua portuguesa para o sujeito-aluno, perpassadas

pelo discurso da escrita. Propõe-se, também, mostrar o caminho percorrido pela língua entre o deslocamento do sujeito-fiel, religioso, e o sujeito de direito. A partir das questões que se propõe investigar, interessa apresentar o percurso da forma-sujeito, enquanto um sujeito determinado pelo Estado na história. Para isso, destaca-se os diferentes modos de produção entre o período considerado Medieval e o da Idade Moderna. Interessa, ainda, mostrar como funciona o discurso escolar, sob o lema de formar cidadãos e produtivos, pois a escola, enquanto Aparelho Ideológico do Estado, acaba por marcar a diferença/contradição pela imposição da língua por meio da escrita.

PALAVRAS-CHAVE: Língua; discurso; ensino; escrita.

TEACHING PORTUGUESE LANGUAGE: SPEECH IN STATE POLITICS

ABSTRACT: It is proposed, in this article, to show the theoretical shift made by Pêcheux, in 1969, from the notion of language, in Linguistics, according to Saussure, to the notion of discourse, through the French Discourse Analysis and the possible consequences of discourse in state policies on Portuguese language teaching. Since the decree of Pombal until the first initiative to parameterize Portuguese language teaching at the end of the last century, there has been no shift in the way of teaching this discipline or in the discourse on which this teaching is based. It is the theoretical shift proposed in Pêcheux and Orlandi that guides the research on which this article is based, pointing out, in this way of

teaching the language at school, the ideologies of the State. When proposing to understand the language in connection with history, the discourse is found. By proposing to understand the language in relation to history, there is the discourse. It is intended to take it with regarding to the determinations of the State, which imposes its Portuguese language teaching policies for the subject-student, permeated by the discourse of writing. It is also proposed to show the path taken by the language between the displacement of the faithful, subject religious subject and the subject of law. From the questions it proposes to investigate, it is interesting to present the path of the form-subject, as a subject determined by the State in history. For this, the different modes of production between the period considered Medieval and the Modern Age are highlighted. It is also interesting to show how the school discourse works, under the motto of forming citizens and productive, since the school, as the State's Ideological Apparatus, ends up marking the difference/contradiction by imposing the language through writing.

KEYWORDS: Tongue; speech; teaching; writing.

1 | INTRODUÇÃO

Constata-se que apesar do discurso corrente de modernização e atualização dos planejamentos, perspectivas, estratégias e técnicas inovadoras de ensino de língua portuguesa no Estado, ainda vigora antigos modelos de ensino. Reconhece-se o avanço alcançado em relação ao passado, a partir dos diversos estudos científicos sobre o ensino de língua portuguesa, como também os estudos sobre a língua, sobre o discurso e efeito de sentido entre outros estudos que tem estimulados os professores a buscar novos horizontes.

Também se reconhece o percurso a ser realizado em favor do ensino de língua pelo seu funcionamento, em que o sujeito-escolar (professor e aluno) possa ser sujeito de sua produção linguística, capaz de identificar os possíveis discursos ensejados nessa produção e saber-se produtor de efeitos de sentido num mundo polissêmico. Ainda, que esses estudos passem a ser conhecidos, divulgados, sejam acessíveis e praticáveis em sala de aula. Onde a teoria e a prática devam caminhar juntas.

Sabe-se que o conceito de língua é definido por Saussure como um sistema puro de valores, um fato social, produto da coletividade, que estabelece, por meio das convenções sociais, os valores linguísticos. Língua é, para o autor, um sistema depositado no cérebro do falante, sobre o qual o indivíduo não tem nenhum poder, submetendo-se aos mecanismos desse sistema que funciona no par Significante/Significado. Como professores de língua portuguesa pergunta-se qual o efeito sobre o ensino tem o discurso das políticas de língua. Ainda, de modo que é possível um corte no fio discursivo que sustenta a política de língua do Estado estruturada pelo discurso dominante.

1.1 Língua e discurso

Pêcheux, em 1969, a propósito de formular a teoria do discurso, propôs uma leitura crítica dos estudos da linguagem, à Linguística, no que concerne ao seu objeto: a língua.

Para o autor, estudar uma língua no século XVIII era estudar textos pela compreensão do texto, atividade gramatical e semântica sob os modos normativos e descritivos. Além de pretender ser ao mesmo tempo ciência da expressão e dos meios desta expressão, era um meio a serviço de um fim, “a saber, a compreensão do texto, da mesma forma que, no próprio texto, ‘os meios de expressão’ estavam a serviço do fim visado pelo produtor do texto (PÊCHEUX, 1969, p. 61).

Desse modo, a relação direta Significante/Significado, conforme proposta por Saussure, é deslocada com a apresentação do funcionamento da língua. Trata-se, assim, sobre o efeito de sentido entre os locutores, dada a relação constitutiva história-língua-sujeito, que se inscreve a cada formulação efetuada pela Análise de Discurso, a qual supõe a língua como um objeto discursivo, dada a relação com a história.

Delimitar o que diz o texto e a significação que ele contém é denominado pelo autor como análise de conteúdo, pela Análise de Discurso, se reconhece que nem mesmo os vários significados reconhecidos por Saussure, a partir do conceito de valor linguístico, são suficientes para determinar o sentido do texto. Segundo Pêcheux (1997), o texto não funciona fora da língua, pois o que funciona é a língua, como se lê:

o “texto”, de modo algum, pode ser o objeto pertinente para a ciência linguística pois ele não funciona; o que funciona é a língua, isto é, um conjunto de sistemas que autorizam combinações e substituições reguladas por elementos definidos, cujos mecanismos colocados em causa são de dimensão inferior ao Texto: [...]. (PÊCHEUX, 1997, p. 62, grifo nosso).

A língua, enquanto objeto de ensino nas escolas brasileiras, ainda é linear. Ao romper com esse modelo, a língua se ressignifica no encadeamento da formulação, constituindo-se como discurso, pela sua relação com as condições de produção no contexto em que é formulada. Pois o significado (conceito saussuriano) é tomado como efeito de sentidos, visto que não está determinado por um significante colado, dado de antemão, mas pela relação entre Significante/Significado, produzindo deslizamentos, derivas de sentidos e efeitos em sua inscrição na história.

Embora a língua seja a mesma para todos os que dispõem desse conhecimento, não se pode concluir que tenham o mesmo discurso. Assim, pela Análise de Discurso, não é mais de significado que se trata, mas de efeitos de sentido entre locutores, considerando a relação Significante/Significado como o lugar em que se produzem sentidos. “A língua é a base comum de processos discursivos diferenciados, a partir do funcionamento que lhe é próprio que são compreendidos nela na medida em que os processos ideológicos simulam os processos científicos”. (PÊCHEUX, 2009, p. 81).

Na sua relação com a história, a língua se realiza no sujeito de forma particular, dadas as diferentes condições de produção. No entanto, mantém-se como a base que articula o sujeito e a história. Justo o que se corrobora em Orlandi:

Nem o discurso é visto como uma liberdade em ato, totalmente sem condicionantes linguísticos ou determinações históricas, nem a língua como totalmente fechada em si mesma, sem falhas ou equívocos. As sistematicidades linguísticas [...] são as condições materiais de base sobre as quais se desenvolvem os processos discursivos. A língua é assim condição de possibilidade do discurso. (ORLANDI, 2000, p. 22).

O sujeito, ao constituir-se, submete-se ao jogo do simbólico na história, para viver e produzir sentidos, o que não é uma escolha dada de antemão, mas porque, para significar(-se), só tem esse recurso - essa é a condição. O sujeito, sendo constituído na/pela linguagem, fica preso às teias significantes, pela ordem da língua ao produzir sentidos, pois, conforme considera Orlandi, (2000, p. 21), “A linguagem serve para comunicar e para não comunicar”.

As relações de linguagem são relações de sujeitos e de sentidos, cujos efeitos são múltiplos e variados. Daí a definição de discurso: efeito de sentidos entre locutores. Essa definição de discurso possibilita afirmar que a história se inscreve na língua, quebrando, em determinadas condições de produção, a sua regularidade e seu funcionamento pela falha na língua e pelo equívoco na história.

1.2 Forma-sujeito: A história e o estado na língua

Ao pensar o ensino de língua portuguesa no Brasil, geralmente busca-se em Portugal a definição dessa língua. Pretende-se mostrar pelo viés do conceito discursivo *forma-sujeito* que esta definição não inicia exatamente em Portugal. Conforme esta pesquisa, a política linguística que ainda repercute no ensino de língua portuguesa tem início no deslocamento de posições discursivas do sujeito ocorridas na passagem da idade média para a idade moderna como veremos no decorrer desse capítulo.

O deslocamento da posição discursiva do sujeito religioso para a posição discursiva do sujeito jurídico, promove consequências históricas para a produção escrita em nossas sociedades letradas. Inclusive, o funcionamento das políticas da língua implantadas pelo Estado, por meio de seu aparelho ideológico - a escola - torna possível a existência do Estado de direito pela/na língua.

Na chamada Idade Média, conforme designada pelos historiadores, o poder sobre a Letra estava concentrado nas mãos da Igreja, pois ela era autorizada/legitimada por Deus para dizer a verdade, como se pode ler em Haroche (1992, p. 76), “A palavra de Deus, palavra da verdade, tal como ela se revela na Letra Sagrada, não poderia se reduzir e se confundir com o caráter superficial, formal, cambiante dessas palavras que refletem a variabilidade humana.”.

Portanto, a Igreja, a partir do poder pela Sujeição a Palavra de Deus e a nobreza pelo poder econômico, eram francas aliadas no domínio do poder. Ocupavam o mais alto nível social, pois eram as proprietárias, detentoras dos meios de produção, regulando os

seus modos.

Dessa forma, as demais classes sociais eram consideradas inaptas para ter o contato direto com as Sagradas Escrituras: a escrita. Althusser expõe como ocorre a sujeição dessas classes à Palavra. Nas palavras do autor: Deus ocupa o lugar Único do Centro e interpela à sua volta a infinidade de indivíduos como sujeitos, que submete os sujeitos ao Sujeito. Desta forma, só a igreja estava autorizada, por Deus – Sujeito de si mesmo - para representá-Lo nesta terra. Estes sujeitos interpelados em indivíduos pelo Sujeito/Deus constituía-se o sujeito religioso. (2002, p. 108).

Essa representatividade uniforme de Deus pela Igreja, que legitimava a língua de elite – latim, legitimada pelo clero e praticada pela nobreza, começava a incomodar a alguns membros daquela sociedade, de modo que os assujeitados buscaram uma maneira de também apropriarem-se da Palavra/Escrita, dando início à ruína do feudalismo. Desse modo, rupturas dentro da própria Igreja propiciaram o deslocamento que pôs em declínio o teocentrismo medieval do século XV, instaurando o espaço para que o humanismo moderno pudesse se instalar no século XVI.

O deslocamento do Sujeito religioso para sujeito de direito é visto na história de Lutero, por exemplo. Considera-se que o padre alemão foi um dos agentes de enfraquecimento desse sistema religioso. Ao questionar os modos pelos quais a Igreja detinha o poder sobre a Letra (sobre a interpretação), Lutero, pela primeira vez na história, traduziu as Sagradas Escrituras (a Bíblia) do latim para uma língua vulgar - o alemão - possibilitando ao sujeito fiel o acesso direto ao texto sagrado.

Conforme Haroche (1992, p. 82), “Lutero sustenta, com efeito, que a Autoridade a qual o cristão deve se submeter não é o papa, mas a Escritura, a bíblia. O sujeito tem acesso à significação da Escritura, o que exige um conhecimento aprofundado da língua”.

A produção do conhecimento desloca-se para o indivíduo, o sujeito-fiel. Assim, a considerada reforma protestante impinge sobre esse sujeito a responsabilidade individual pelas suas leituras e interpretações, tirando-o do lugar da inefabilidade/tutela anterior. O que contribuiu diretamente para a construção de uma nova forma de assujeitamento do indivíduo, bem como para o surgimento do Estado de Direito, aparentemente antecipando o século XVIII.

Além de Lutero, do interior da própria Igreja, tem-se na França, a partir da nobreza, o Édito *Villers-Cotterets*, em 1539, determinando que a língua a ser usada para escrever os documentos dali por diante deveria ser a francesa. Embora fosse desconhecida de todos, o uso do francês como língua nacional atestaria o estabelecimento do Estado, de modo que pudesse representá-lo. Como afirma Haroche (1992):

O decreto de Villers-Cotterets visa impor uma ideologia de preferência a impor uma língua. [...] Imperativos tanto econômicos quanto jurídicos exigem a melhoria da comunicação e se traduzem por uma necessidade geral de clareza. [...] o Édito traduz a necessidade de um enquadramento jurídico destinado a permitir os progressos do poder real. O rei percebe que o

interesse do Estado exige, em matéria de direito a unidade da língua, em detrimento da multiplicidade (sempre geradora de equívocos) dos patoás. (HAROCHE, 1992, p. 86).

Nesse período de 1539, na França, assim como na Alemanha, a língua de uso, considerada culta e predominantemente clássica, também era o latim. As variedades linguísticas nesse país eram denominadas de patoás, por isso havia a necessidade de impor uma língua (a francesa) que representasse a Nação, já que o latim era a língua comum a diversos países que também se definiam naquele momento. O Édito em questão, ao invés de melhorar a comunicação, como supunha o decreto de *Villers-Cotterets*, conseguiu dificultar a compreensão geral, pois as pessoas, além de não dominarem o latim por ser uma língua culta, também não conheciam a língua imposta, a francesa.

Desse modo, os franceses não podiam se dizer, nem em latim nem na língua imposta, a francesa. Instalou-se, portanto, a necessidade de contratar pessoas especializadas para realizarem o trabalho de escrita dos documentos, devido à absoluta falta de clareza e à inacessibilidade do sujeito à nova língua.

A partir desse gesto inicial na França, a necessidade de eleger uma língua nacional que representasse o Estado reverberara mundo afora. Constata-se, assim, que a história de constituição da língua francesa coincide com os modos de constituição da língua portuguesa como língua oficial do Brasil. Do mesmo modo que na França tinha uma imensa variedade de línguas, e foram subsumidas pela língua imposta, a francesa, no Brasil, o processo de oficialização da língua portuguesa teve, também, uma multiplicidade de línguas que foram subsumidas pela língua portuguesa.

Houve no Brasil, em 1757, o Decreto de Marquês de Pombal (Diretório dos Índios), semelhantemente ao Édito francês, determinando que a língua a ser usada nos documentos oficiais fosse a língua portuguesa, como se um decreto bastasse para que a língua portuguesa fosse falada/escrita por todos.

Nesse sentido, definir o uso de uma língua implicava em delimitar o Estado, o que as nações experimentavam. O Reino transformara em República e a burguesia assumia o lugar da Igreja na escala de poder, cindindo-se no Estado. Consolidou-se, dessa maneira, um novo modo de produção e de interpelação do sujeito, no século XVIII, trazendo à existência a nova forma-sujeito. Conforme Haroche (1992):

O Estado, no contexto dos nacionalistas burgueses deve tentar estabelecer formas novas de controle do sujeito. Por razões econômicas, jurídicas, políticas, esses métodos dão lugar necessariamente à ideia de acaso e de indeterminação relativa o que nos referimos sob o termo de 'determinação institucional' e depois 'individual'. [...] tenta-se assim uma subordinação menos visível e mais insidiosa, pois insiste precisamente na ideia de um sujeito livre e não determinado quanto às suas escolhas. (HAROCHE, 1992, p. 182).

Em suma, o sujeito determinado pelo discurso religioso é substituído pela interpelação do sujeito de direito, em que a crença na Letra (submissão a Deus) dá lugar

à crença nas letras (submissão ao Estado e às Leis). Esse deslocamento faz emergir o sujeito jurídico, que, submetido às leis, assume a forma-sujeito-de-direito.

Essa submissão é menos visível em relação à submissão à Igreja, porque preserva a ideia de autonomia, de liberdade individual, de não determinação do sujeito. O sujeito livre e submisso é, ao mesmo tempo, a condição fundamental para que o capitalismo possa governar pelas leis do Estado. É por meio da ideologia que o sujeito se submete ao Estado, ao mesmo tempo em que se apresenta como livre e responsável no modo como se inscreve na língua.

Conforme Althusser, os aparelhos de estado constroem uma visão de organização social, em que tudo é rigidamente organizado, planejado e definido pelo Estado, de sorte tal que nada mais resta para os cidadãos. Isto é, não há alternativa, a não ser a resignação do sujeito ao Estado onipresente e absolutamente dominante.

O autor também afirma que a ideologia age ou funciona de tal forma que recruta sujeitos entre os indivíduos (recruta-os a todos) ou transforma os indivíduos em sujeitos (transforma-os a todos) por essa operação muito precisa denominada de interpelação. A ideologia, é insidiosa, pois trabalha nas evidências, pela ilusão, na representação imaginária do mundo real, submetendo o sujeito à sua própria condição de liberdade, sem que ele se dê conta de sua submissão ou a reconheça como legítima.

A noção de sujeito sempre-já, interpelado pela ideologia do Estado conforme exposta no presente texto, a partir dos autores, Althusser (2002) e Haroche (1992), possibilita a compreensão dos discursos da escrita presentes no espaço escolar, considerando o funcionamento ideológico dos Aparelhos de Estado.

1.3 A homogeneização da língua portuguesa pelo discurso da escrita

Dentre os aparelhos de Estado, a escola assume o papel determinante ao constituir-se como o principal, ora denominado Aparelho Ideológico de Estado nº 1, no intuito de substituir, nas funções, o antigo Aparelho Ideológico de Estado dominante, isto é, a Igreja. Ou seja, o duo Escola-Família assume o espaço nas relações sociais do duo Igreja-Família. Desse modo, a interpelação do indivíduo em sujeito na língua, pela ideologia, ocorre a partir da imposição de uma língua idealizada, unívoca, literal, linear, ou seja, ocorre a partir da imposição de uma língua nacional.

Dessa maneira, ficou a cargo da escola todas as crianças, de todas as classes sociais e econômicas, para a devida inculcação de preceitos. Entre a escola e a família, a criança é interpelada pela ideologia dominante, mediante as instruções julgadas importantes: sobre a língua, o cálculo, a história, as ciências, a literatura, a moral, a instrução cívica, a filosofia, dentre outras áreas que estão sob a responsabilidade da escola.

A instrução escolar apontada por Althusser (2002), equivale à formulação expressa nas orientações curriculares, atuais Base Nacional Comum Curricular e Diretrizes Curriculares Estaduais que recomendam à escola preparar os alunos para serem cidadãos.

Isto é, a cidadania é outorgada ao sujeito por intermédio da escola. A inculcação de preceitos também não escapa à escola. Os valores morais e de virtudes que esse então cidadão precisa ser e ter/apresentar à sociedade estão expressos pela literatura selecionada para compor o currículo.

A escola vai cumprindo o seu papel de selecionar os cidadãos, tanto que aos dezesseis anos, uma enorme massa de crianças encaminha-se para o mercado de trabalho. A outra parte da juventude que se mantém nos estudos está fragilmente suscetível e pode não chegar ao fim dos estudos, preenchendo os postos médios de funcionários, empregados e pequenos burgueses de toda espécie. A última e mínima parte dessa juventude consegue ascender, quer para cair no subdesemprego intelectual, quer para trabalhar aos agentes de exploração, de repressão.

Althusser (2002, p. 65) afirma que cada massa que fica pelo caminho está praticamente recheada da ideologia que lhe convém, de acordo com o papel que ela deve desempenhar nas sociedades de classes. Cada parte que fica pelo caminho, já está interpelada pela ideologia da posição de que esses alunos não cabem, assim, no mundo, restando-lhes ser explorados e reprimidos. De modo que o sujeito-aluno estará inscrito a uma dessas formas-sujeitos, mantendo o conhecimento científico hierarquizado, conforme a classe econômica a qual o aluno pertence.

Portanto, o sujeito-aluno está preso às redes significantes que materializam a ideologia do Estado, determinando, assim, seu lugar da submissão espontânea. O sujeito que não passa pelos bancos escolares também está submetido às mesmas determinações, pois “a realidade presente neste mecanismo, que é necessariamente desvinculada nas próprias formas de reconhecimento (ideologia=reconhecimento/desconhecimento), é, efetivamente, em última análise, a reprodução das relações de produção e das relações que delas derivam.” (Althusser, 2002, p. 114).

O discurso pedagógico (autoritário), projetado pelo Estado, é que configura o efeito ideológico da classe dominante, que é caracterizada pelo fato de que a reprodução das relações de produção subjuga sua transformação (opõe-se a ela, a freia ou a impede, conforme o caso), corresponde, pois, menos à manutenção do idêntico de cada região ideológica considerada em si mesma do que a reprodução das relações de desigualdade-subordinação entre essas regiões, com seus objetos e as práticas no interior das quais eles estão inscritos.

A reprodução das relações de produção se evidencia no discurso da escrita em Gallo (1992). A autora, pelos estudos da linguagem, propõe o Discurso da Escrita. Para efetuar esta compreensão, a autora desloca saberes sobre a escrita, considerando a escrita conforme Auroux (1992), trata-se de um mecanismo, uma técnica a ser aprendida, que não é o mesmo que o discurso da escrita.

Para a autora o discurso da escrita deriva/descende da Letra, representa a língua da elite, a oficializada pelo Estado, isto é, o discurso que produzirá o sentido de único, uma

herança direta da 'Escrita', a Palavra de Deus, tornando-o legítimo, institucional. Nesse sentido, o discurso da escrita pode ser textualizado tanto na forma gráfica (escrita) quanto na sonora (oral). Assim como seu inverso, entretanto, não ocupando o mesmo valor do discurso da escrita. Por distinguir-se pela inscrição da língua ao discurso, a uma memória dessa língua.

A escola ainda está nesse lugar, o de transmissora do conhecimento, ocupando uma forma ideológica dominante em relação à língua, de modo que o discurso da escrita passa a atender aos interesses da ideologia dominante, conforme agenciado pela/na escola. Observa-se que, historicamente, a escola manteve-se fiel na forma como conduz a produção do conhecimento, sob o lema de formar cidadãos de direitos e deveres.

A própria língua funciona ideologicamente, tendo em sua materialidade esse jogo ideológico. O sentido é sempre suscetível de ser/tornar-se outro. Esse lugar do outro enunciado é o lugar da interpretação, manifestação do inconsciente e da ideologia na produção de sentidos e na constituição dos sujeitos. (ORLANDI, 2000 p. 59).

O sujeito interpelado pelo discurso da escrita assume a forma-sujeito aluno nas sociedades ocidentais, em que a escrita se configura constituinte do sujeito, tal como afirma Orlandi (1999, p. 7), "a escrita numa sociedade de escrita, não é só um instrumento, ela é estruturante.". Ou seja, a partir dessas determinações históricas, o sujeito deve formular-se, se dizer, se textualizar de acordo com o discurso da escrita, para ser considerado apto a pertencer lhe, apropriar-se dele.

Pelas determinações históricas que se inscrevem na língua, os sentidos não se naturalizam e tampouco se dão como transparentes. É no efeito de transparência da linguagem que a ideologia produz suas evidências, colocando o sujeito escolar na relação imaginária com suas condições materiais de existência. Reproduzem-se, assim, as relações de poder na escola, por meio dessas práticas discursivas de controle.

2 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A produção polissêmica de sentidos permite mostrar a relação forma-sujeito da escola, já que o discurso é controlado pelo mecanismo ideológico de apagamento da interpretação. Para a Análise de Discurso, há uma transposição das formas materiais em outras, construindo-se transparências, como se a linguagem e a história não tivessem espessura, nem opacidade para serem interpretadas

Nesse sentido, o sujeito-escolar (professor e aluno) é interpelado pela ideologia, sendo livre e submisso ao mesmo tempo, pois a ideologia impõe-se sem o parecer, como se os sentidos fossem assim: naturalmente dados. Trata-se de evidências ideológicas que devem ser reconhecidas, afinal, o sujeito-escolar inscreve-se no discurso da escrita sem contestá-lo, imbuído do interesse em formar/ser cidadão de direitos e deveres, qualificado para o mercado de trabalho pelo domínio da língua.

Desse modo, o discurso da escrita toma o lugar da língua, confundindo-se com ela. Na escola, o Aparelho Ideológico do Estado nº1 tem seu espaço ocupado com eficiência pelo discurso da escrita, em desprezo ao discurso da oralidade, devido a sua proximidade com língua oral, interdita por decretos.

Na expectativa de atender as propostas de Estado, o ensino de língua portuguesa não se atenta para a diferença entre os estes discursos e o que eles representam para este ensino, nem se cogita que a escrita é estruturante do sujeito e que seu ensino deveria ocorrer durante as aulas de escrita que não é o mesmo que o discurso da escrita.

Na fragilidade ante esse não saber, esse não domínio da língua oficial, o sujeito-aluno se reconhece na sua incompetência, na sua incapacidade, na sua falta em relação ao Estado, ao Outro. Dessa maneira, ou se escreve/fala de acordo com as normas estabelecidas pela língua oficial ou a produção textual (escrita/oral) o sujeito-aluno não será legitimada/reconhecida em todos os espaços sociais, por escapar ao discurso da escrita.

Como a escola foi criada para efetivar as políticas de línguas propostas pelo Estado, não se pretende, por meio das aulas de língua portuguesa, torná-la acessível a todos os alunos que a frequentam. De modo que se instaura, assim, a falta de saber pela grafia dessa língua, impedindo-os de avançar em seus estudos e, por intermédio destes, conseguir alçamento social e econômico.

É nesse sentido que o deslocamento realizado por Pêcheux quanto ao funcionamento da língua, bem como os modos de seu ensino, se apresenta como algo novo, inaugural, confrontado as políticas de língua do Estado brasileiro. Afinal, os discursos que sustentam estas políticas de estado para o ensino de língua que ainda persistem, criam barreiras para o efetivo avanço deste ensino ocorrer, pois ele não é interessante à classe dominante.

Fato que convoca os professores de língua portuguesa a uma reflexão sobre seu posicionamento político e social durante as aulas. Deve-se servir, ao ensinar língua portuguesa, a este discurso proposto pelas classes dominantes perpetuando-lhe o poder?

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, Louis, **Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado**. Editora Presença/Martins Fontes. Tradução de Joaquim José de Moura Ramos.

ALMEIDA, Eliana (org.) **Fronteiras de sentidos & sujeitos nacionais** / Maria Inês Parolin, Eliana de Almeida (orgs.): Cáceres, Fapemat; Campinas, Editora RG, 2012.

AURROX, Sylvain. **A filosofia da linguagem**: Sylvain Auroux com a colaboração de Jacques Deschamps, Djamel Kouloughli: tradução José Horta Nunes. – Campinas, SP; Editora da UNICAMP, 1998.

GADET, Françoise; Pêcheux, Michel. **A língua inatingível** – Françoise Gadet e Michel Pêcheux. Tradução: Bethania Mariani e Maria Elizabeth Chaves de Mello – Campinas – pontes, 2004.

GALLO, Solange Leda. **O discurso da escrita e ensino**/ Solange Leda Gallo. Campinas, SP. Editora da Unicamp, 1992. (Coleção Momento)

GUIMARÃES, Eduardo e Orlandi, Eni Pulcinelli (orgs.) **Língua e Cidadania: O português no Brasil. – O ensino de língua “materna” no Brasil no século XIX. A mãe outra**. Solange Leda Gallo - Campinas, SP: Pontes, 1996. – (História das ideias linguísticas).

LAGAZZI, Suzy (org.): **Discurso e ensino: Práticas de Linguagem na escola** / Carmem Zink Bolognini, Claudia Pfeiffer e Suzy Lagazzi (orgs.). – Campinas, SP. Mercado de Letras, 2009. – (Série Discurso e Ensino)

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Escrita, Escritura, Cidade (I)**, N° 5. – **Reflexões sobre escrita, educação indígena e sociedade**. Série Escritos. UNICAMP, SP. 1999.

_____. Eni Pulcinelli. **Análise de Discurso: Princípios e procedimentos**. – Campinas, SP: Pontes, 2000.

_____. Eni Pulcinelli. **Discurso e Texto: Formação e circulação de sentidos**/ Eni P. Orlandi. – Campinas, SP: 2001.

_____. Eni Pulcinelli. **A leitura e os leitores – O leitor no contexto escolar**: Claudia C. Pfeiffer / Eni P. Orlandi. (Organizadora). – Campinas, SP: 2ª edição, 2003.

_____. Eni Pulcinelli, **Discurso e Análise: Sujeito, Sentido e Ideologia** / Eni Pulcinelli Orlandi 3ª Edição. Campinas, SP: Pontes Editores, 2016.

PÊCHEUX, Michel. **Por uma análise Automática do Discurso. Uma introdução a obra de Michel Pêcheux: Análise automática do discurso**. (AAD-69) - Michel Pêcheux / organizadores: Françoise Gadet; Tony Hak: tradutores Bethânia Mariani... [et al.] – 3ª ed. – Campinas, SP: editora da UNICAMP, 1997.

_____. Michel. **Semântica e Discurso: Uma crítica à afirmação do óbvio**. Michel Pêcheux / tradução de Eni Orlandi [et al.] -- 5ª edição – Campinas, SP. Editora da UNICAMP, 1995; 2014.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Antropologia 1, 2, 3, 4, 6, 7, 12

Argumentação 49, 57, 58, 64, 65, 66, 67, 68, 70, 71

Artes 3, 11, 113, 116, 120, 132, 175, 184

C

Cantoria 169, 170, 171, 172, 173, 174, 176, 178, 179, 182, 183

Cidade 22, 32, 35, 41, 54, 69, 80, 81, 99, 100, 102, 105, 108, 113, 114, 122, 125, 136, 143, 144, 148, 149, 166, 183, 193, 194, 229, 230, 231, 232, 233

Cinema 85, 89, 96, 102, 113, 114, 115, 116, 119, 120, 121, 122, 123, 166, 200, 220, 223

Coerência textual 57, 73

Construção de significados 117, 201

D

Dança 125, 126, 127, 128, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 183, 184

E

Ensino de língua 22, 23, 25, 31, 32, 33, 36, 41, 55, 91, 138, 234

G

Gênero 39, 42, 43, 45, 46, 48, 49, 50, 51, 53, 54, 55, 73, 83, 84, 85, 86, 88, 89, 118, 144, 153, 156, 157, 159, 165, 166, 167, 170, 171, 172, 173

Gêneros textuais 33, 34, 35, 37, 41, 42, 64, 221, 234

I

Identidades 47, 155, 169, 170, 174, 176, 177, 178, 179, 224, 233

Interdisciplinares 224

L

Letramento 35, 37, 38, 43, 44, 115, 116, 117, 118, 119, 121, 122, 123, 124

Letras 1, 20, 28, 32, 33, 36, 83, 88, 95, 138, 140, 141, 151, 162, 167, 179, 183, 191, 213, 214, 234

Lexicologia 1, 2, 8, 223

Linguística 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 9, 11, 12, 13, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 36, 39, 43, 47, 49, 55, 57, 58, 59, 67, 73, 79, 99, 113, 115, 153, 154, 192, 198, 213, 214, 220, 221, 234

Literatura 1, 2, 28, 29, 85, 89, 96, 113, 119, 120, 177, 199, 201, 202, 203, 214, 217, 218, 219, 222, 234

M

Mulher 101, 142, 156, 161, 229, 230, 231, 232, 233

Música 85, 89, 102, 138, 140, 141, 143, 144, 145, 147, 148, 149, 150, 153, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 173, 179, 182, 184, 192, 196, 197, 225

P

Paráfrase 7, 74, 75, 76, 81, 82, 197

Prática de leitura 13, 117, 122

Práticas 20, 29, 30, 32, 39, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 54, 76, 77, 81, 115, 117, 118, 119, 122, 126, 131, 132, 133, 135, 136, 157, 169, 170, 171, 172, 182, 218, 219, 225

R

Resistência 118, 122, 134, 166, 176, 180, 181, 183, 185, 186, 187, 191

T

Teorias 46, 47, 49, 115, 117, 118, 122, 127, 153

Tradução 1, 2, 3, 4, 6, 8, 9, 10, 11, 12, 31, 32, 44, 48, 50, 55, 82, 96, 97, 98, 100, 103, 111, 112, 113, 123, 151, 192, 193, 194, 195, 197, 198, 199, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228

Transdisciplinaridade 90, 91, 92, 93, 94, 95

V

Versos poéticos 192

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

Linguística, letras e artes:



**Teorias e práticas interdisciplinares
em espaços educativos**

2

 **Atena**
Editora

Ano 2021

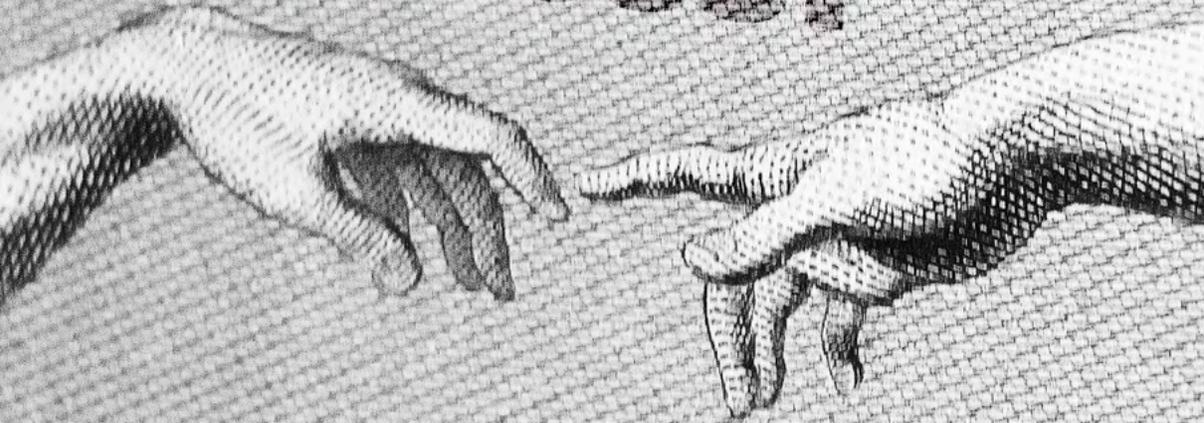
www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

Linguística, letras e artes:



**Teorias e práticas interdisciplinares
em espaços educativos**

2

 **Atena**
Editora

Ano 2021